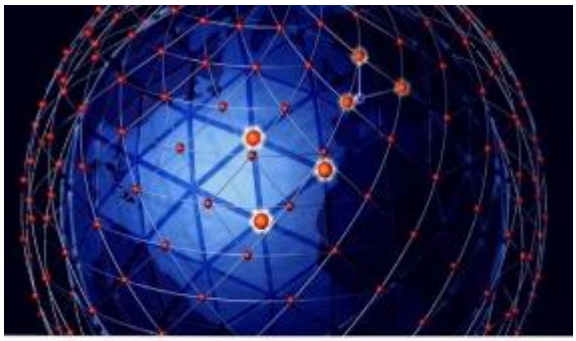

EmSociedade

Apresentação – Dossiê Religião e Política (2026)

Andreia dos Santos[1]
Karina Junqueira[2]
Fernando Luz Sinimbu Portugal[3]

Introdução: religião e política no Brasil contemporâneo

Poucas questões mobilizaram tanto as ciências sociais brasileiras na última década quanto a relação entre religião e política. O que durante muito tempo foi tratado como tema de nicho — interesse de sociólogos da religião e de alguns estudiosos do comportamento eleitoral — tornou-se chave de leitura incontornável para compreender a crise política iniciada nos anos 2010, a ascensão de uma nova direita, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e a acirrada disputa de 2022. Às vésperas do desfecho das eleições gerais de 2026, este dossiê reúne oito artigos que, a partir de abordagens teóricas, empíricas e históricas distintas, interrogam como crenças, instituições, lideranças e linguagens religiosas atravessam a vida pública brasileira.

O pano de fundo comum aos textos é o esgotamento das leituras clássicas da secularização. A expectativa de que a modernização conduziria ao recuo da religião para a esfera privada foi posta em xeque por José Casanova (1994), que cunhou a noção de "desprivatização" para descrever o retorno das religiões ao debate público a partir dos anos

[1] Doutora em Sociologia – Professora da PUC Minas no Departamento de Ciências Sociais – andreiasantos@pucminas.br. https://orcid.org/0009-0004-6965-9783
[2] Doutora em Serviço Social, Profa. do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. E-mail: karinajunqueira@pucminas.br - https://orcid.org/0000-0001-7598-9739
[3] Doutorando em Ciências Sociais do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas; Doutorando em Direito pela Universidad de Santiago de Compostela (Espanha). E-mail: portugalbh@gmail.com https://orcid.org/0009-0005-0070-0183

1980. No Brasil, Antônio Flávio Pierucci (1997) advertiu contra o "auto-engano" de uma sociologia apressada em decretar o reencantamento do mundo, insistindo que secularização e pluralização religiosa podem caminhar juntas. Paula Montero (2006), por sua vez, mostrou que a laicidade brasileira foi historicamente construída por meio de negociações entre Estado e religiões, e não pela simples separação entre ambos. Os artigos aqui reunidos se situam nesse debate: nenhum deles toma a religião como resíduo pré-moderno, e todos a tratam como força ativa na produção de identidades, valores e alianças políticas.

A esse quadro teórico soma-se uma transformação demográfica de grande alcance. A chamada "transição religiosa" (Alves et al., 2017) — a perda progressiva da hegemonia católica e o crescimento dos evangélicos e dos sem religião — foi confirmada pelo Censo Demográfico de 2022, que registrou católicos pouco acima da metade da população e evangélicos em torno de um quarto. Desde os estudos pioneiros de Paul Freston (1993) sobre a presença protestante na Constituinte e de Ricardo Mariano (1999) sobre o neopentecostalismo, sabemos que esse crescimento não se limita ao campo da fé: ele se traduz em bancadas parlamentares, emissoras de rádio e televisão, redes de igrejas e lideranças com capacidade de mobilização eleitoral. Ronaldo de Almeida (2019) mostrou como, no contexto da crise brasileira, conservadorismo moral, evangelismo e antipetismo convergiram na sustentação do bolsonarismo, enquanto Amy Erica Smith (2019) e Taylor Boas (2023) evidenciaram o papel do clero e das identidades religiosas na formação de preferências políticas na América Latina.

Ao mesmo tempo, o dossiê procura escapar de duas armadilhas recorrentes no debate público. A primeira é o determinismo, segundo o qual a filiação religiosa explicaria por si só o voto. A segunda é a homogeneização, que trata "os evangélicos" ou "os cristãos" como bloco monolítico — tendência criticada, entre outros, por Juliano Spyer (2020). Os textos aqui apresentados mostram, ao contrário, que a religião ganha potência política quando é mediada por redes comunitárias, autoridades reconhecidas, ecossistemas comunicacionais e enquadramentos morais, e que mesmo o campo cristão é atravessado por conflitos internos, como evidencia o embate entre o governo Bolsonaro e a Igreja Católica.

Organizamos os artigos em quatro blocos. O primeiro oferece um panorama da religião como dimensão constitutiva da política brasileira. O segundo reúne estudos quantitativos sobre religião, voto e atitudes democráticas. O terceiro examina atores, agendas e frentes da chamada

guerra cultural. O quarto, por fim, discute a plataformização da fé e propõe chaves analíticas para compreender as eleições de 2026.

Bloco I – A religião como dimensão constitutiva da política

Abre o dossiê o artigo "A glossolalia política: religião, plataformas sociais e antipetismo nas eleições brasileiras de 2026", de Karina Junqueira e coautores. A escolha da metáfora da glossolalia — o "falar em línguas" característico do pentecostalismo — já anuncia a tese central: a religião não opera apenas como experiência individual de fé, mas como linguagem moral, estrutura de sociabilidade, marcador identitário e instrumento de mobilização política. O texto funciona como um mapa do campo, percorrendo os limites da secularização no Brasil, a expansão do (neo)pentecostalismo, a atuação pública da Renovação Carismática Católica e a convergência entre repertórios religiosos conservadores, antipetismo e plataformas digitais.

O artigo dialoga diretamente com a literatura que identificou, a partir da crise política dos anos 2010, a formação de uma nova direita no país. Marina Basso Lacerda (2019) descreveu o "novo conservadorismo brasileiro" como fenômeno que articula pauta de costumes, militarismo e neoliberalismo, inspirado em boa medida na direita cristã norte-americana. Christina Vital da Cunha, Paulo Victor Leite Lopes e Janayna Lui (2017) já haviam mostrado, a partir das eleições de 2014, como medos sociais e narrativas de ameaça à família eram mobilizados por lideranças religiosas. Junqueira e coautores avançam sobre esse terreno ao articular tais repertórios ao antipetismo — identidade negativa cuja força no comportamento eleitoral brasileiro foi demonstrada por Samuels e Zucco (2018) — e ao ambiente digital, que, segundo os autores, favoreceu formas descentralizadas, emocionais e segmentadas de mobilização.

Um mérito particular do texto é não restringir a análise ao universo evangélico. Ao incluir a Renovação Carismática Católica, cuja forte presença midiática foi analisada por Brenda Carranza (2011), o artigo mostra que a politização conservadora da fé atravessa diferentes tradições cristãs. A conclusão dos autores serve de fio condutor para todo o dossiê: compreender a política brasileira contemporânea, inclusive o cenário de 2026, exige considerar

a religião como dimensão constitutiva das disputas públicas, sem reduzi-la a determinismo eleitoral ou a bloco homogêneo de comportamento político.

Bloco II – Evidências empíricas: religião, voto e democracia

O segundo bloco reúne dois artigos que se apoiam no Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) para testar, com dados de survey, hipóteses frequentemente formuladas no debate público de modo impressionista. Lidos em sequência, eles permitem passar da pergunta "em quem os religiosos votam?" para outra, mais inquietante: "como os religiosos se posicionam diante da própria democracia?".

Em "Entre a religião e a ideologia: conservadorismo moral e voto nas eleições brasileiras de 2018 e 2022", Yuri de Lima Ribeiro estima modelos de regressão logística para examinar os efeitos da religião, do conservadorismo moral, do autoritarismo e da ideologia sobre o voto em Jair Bolsonaro no segundo turno das duas eleições. Os resultados indicam que a religião permaneceu associada ao voto conservador nos dois pleitos, sobretudo entre evangélicos e pessoas com maior frequência aos cultos. O achado mais instigante, contudo, é o crescimento do peso explicativo da ideologia em 2022, o que sugere a consolidação de uma identidade política mais organizada à direita. O resultado conversa com a tese de Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019) sobre o cultural backlash, a reação de setores tradicionalistas à mudança de valores, e com os estudos sobre polarização afetiva, em que identidades religiosas, partidárias e ideológicas tendem a se sobrepor e a se reforçar mutuamente (Mason, 2018).

O artigo seguinte, "Religiosidade e democracia: uma análise da cultura política brasileira em 2022", de Bruno Melo Souza, desloca o foco do voto para as orientações diante do regime democrático. Situado na tradição dos estudos de cultura política inaugurada por Almond e Verba (1963) e desenvolvida no Brasil por José Álvaro Moisés (1995), o texto toma a filiação religiosa como variável central para examinar seis dimensões: apoio à democracia, satisfação com seu funcionamento, apoio a um líder forte que resolva os problemas do país mesmo de maneira autoritária, confiança em instituições (Congresso, Judiciário, partidos, imprensa tradicional e cientistas), avaliação do governo Bolsonaro e aceitação de golpe de Estado em situação de instabilidade. A conclusão é que a religião não é fator secundário, mas

elemento que incide sobre a confiança institucional, as avaliações governamentais e as disposições frente a alternativas não democráticas.

A relevância desse achado se amplia quando lido à luz da literatura sobre erosão democrática. Levitsky e Ziblatt (2018) mostraram que as democracias contemporâneas raramente caem por golpes clássicos, mas por um processo gradual em que a tolerância a líderes autoritários e a deslegitimação das instituições de controle têm papel decisivo. Ao associar pertencimento religioso a padrões de desconfiança em relação à ciência, à imprensa e ao Judiciário, o artigo de Souza oferece evidências para um debate que, no Brasil pós-8 de janeiro de 2023, deixou de ser abstrato. Os dois textos do bloco, juntos, preparam o terreno para as discussões sobre antagonismo democrático que encerram o dossiê.

Bloco III – Atores, agendas e guerra cultural

Se o bloco anterior mede a força da religião em agregados estatísticos, o terceiro bloco desce ao nível dos atores, das ideias e das agendas concretas. Os três artigos que o compõem mostram, cada um a seu modo, que a relação entre religião e política é feita de conflitos, apropriações e disputas simbólicas — e não de alinhamentos automáticos.

Em "O governo Bolsonaro e o Sínodo para a Amazônia: apontamentos de um conflito", Wellington analisa o confronto aberto pelo governo federal contra a Igreja Católica por ocasião do Sínodo convocado pelo papa Francisco em 2019. Com base em notícias e declarações publicadas na imprensa e tratadas segundo o método e a crítica historiográficos, o autor mostra que setores militares e civis do governo interpretavam o mundo sob um registro extemporâneo de Guerra Fria, o que produziu compreensões cognitivamente dissonantes da realidade política e geopolítica. O texto recupera o lastro desse imaginário na Ditadura Militar (1964–1985), dialogando com a história do anticomunismo brasileiro reconstruída por Rodrigo Patto Sá Motta (2002), para quem o "perigo vermelho" funcionou durante décadas como mobilizador político de matriz também religiosa. A observação de que termos como "comunismo" e "esquerda" passaram a operar como símbolos, e não como conceitos capazes de orientar a compreensão da realidade, remete à história dos conceitos de Reinhart Koselleck (2006). O artigo tem ainda um valor estratégico no conjunto: ao mostrar um governo conservador em

choque com a maior instituição religiosa do país, desmonta a imagem de um "voto cristão" homogêneo.

O segundo texto do bloco, "Sionismo cristão no Brasil: articulações e tensões na esfera pública", de Sarah Lima, apresentam resultados de uma pesquisa mais ampla sobre a crescente influência dessa corrente no cenário político nacional. A autora investiga os processos históricos, sociais e religiosos que permitiram a inserção de narrativas teológicas sobre Israel no espaço público, analisando o papel das lideranças evangélicas em sua difusão e a importância da teologia do domínio na consolidação de uma visão de mundo que articula fé e poder. O tema tem uma tradição consolidada nos Estados Unidos, onde Stephen Spector (2009) mostrou como a leitura dispensacionalista das profecias bíblicas moldou o apoio evangélico a Israel e influenciou a política externa. No Brasil, Michel Gherman (2022) analisou a apropriação de símbolos judaicos pelo bolsonarismo, fenômeno visível nas bandeiras de Israel em atos políticos. O artigo de Lima contribui para esse debate ao mostrar como discursos de natureza teológica passam a orientar posicionamentos políticos, agendas institucionais e disputas simbólicas internas.

Fecha o bloco "Deus acima de todos: a guerra cultural e os persistentes ecos religiosos do Escola Sem Partido", de Laura. O artigo apresenta o movimento fundado por Miguel Nagib em 2004 não apenas como projeto institucional voltado à educação, mas como ativismo político e religioso ainda operante, que usa a religião cristã para mobilizar apoiadores, sobretudo evangélicos. A noção de guerra cultural, formulada por James Davison Hunter (1991) para descrever a polarização moral norte-americana, é mobilizada para compreender os ataques a professores, à escola pública e às pautas de diversidade. Com base em autores como Demuru (2024) e Castro (2021), e em diálogo com críticos do movimento como Fernando Penna (2017), a autora sustenta que o maior êxito do Escola Sem Partido está na persistência de suas ideias, mesmo depois de declarado inconstitucional pelo STF. Para ela, a expansão das escolas cívico-militares e a aprovação da Bíblia como material didático em algumas redes públicas são ecos desse projeto. A categoria de pânico moral (Cohen, 1972), implícita na retórica da "doutrinação", faz a ponte com o último bloco, dedicado à circulação digital dessas narrativas.

Bloco IV – Plataformas digitais e o horizonte de 2026

O último bloco volta-se para o presente e para o futuro próximo. Seus dois artigos tratam das eleições de 2026, um pelo ângulo da infraestrutura tecnológica que condiciona a circulação dos discursos religiosos, outro pela proposição de uma matriz analítica para interpretar o pleito.

Em "O algoritmo e o sagrado: a plataformização da fé, a violência simbólica e os desafios da democracia digital", André Alencar analisa a convergência entre discurso religioso, arquitetura algorítmica e mobilização política. O conceito de "plataformização da fé" dialoga com a noção de sociedade de plataforma de Van Dijck, Poell e De Waal (2018) e com os estudos de religião digital organizados por Heidi Campbell (2013). O autor mostra como a economia da atenção submete conteúdos confessionais a métricas de engajamento. A partir de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, com análise de conteúdo de relatórios do InternetLab e de manifestações do Tribunal Superior Eleitoral, o texto articula a violência simbólica de Pierre Bourdieu (1989) e o processo civilizador de Norbert Elias (1990) às discussões sobre governança digital. Os resultados indicam que sistemas de recomendação e a microsegmentação comportamental — mecanismos centrais do que Shoshana Zuboff (2020) chamou de capitalismo de vigilância — potencializam a engenharia do consenso, disseminam pânicos morais e estruturam bolhas informacionais homogêneas. Em diálogo com Letícia Cesarino (2022), para quem as plataformas produzem um "mundo do avesso" em que as fronteiras entre verdade e mentira se tornam instáveis, o artigo conclui que a integridade democrática depende do avanço da transparência algorítmica e do letramento digital. Lido ao lado do texto de abertura, que também trata da plataformização, o artigo de Alencar desloca a atenção dos atores religiosos para as infraestruturas técnicas e os desafios regulatórios do Estado.

Encerra o dossiê "Religião, voto moral e antagonismo democrático nas eleições brasileiras de 2026", de Thiago Perez Bernardes. De caráter teórico-conceitual, o artigo sistematiza criticamente evidências sobre transição religiosa, comportamento eleitoral, liderança religiosa, midiatização, desinformação, gênero e polarização afetiva. Sua tese é que o pertencimento religioso não é causa direta do voto nem identidade homogênea, mas uma possível infraestrutura de mediação moral da disputa política. Ele só ganha potência eleitoral quando passa por redes comunitárias, autoridades reconhecidas, ecossistemas comunicacionais

e enquadramentos que convertem temas políticos em ameaças à família, à infância, à liberdade religiosa, à nação ou à ordem moral. Nessas condições, a escolha eleitoral desloca-se da adesão programática para o voto negativo, o voto moral e o antagonismo. A distinção remete ao debate de Chantal Mouffe (2015) sobre a passagem do agonismo — o conflito entre adversários legítimos, próprio da democracia — ao antagonismo entre inimigos. O texto dá ainda forma teórica a achados empíricos como os de Amy Erica Smith (2019) sobre a influência do clero. Ao propor uma matriz analítica que evita transformar os padrões de 2018 e 2022 em previsão linear, indicando mediações, moderadores e limites inferenciais, o artigo reúne as questões levantadas ao longo do dossiê e aponta uma agenda de pesquisa para os próximos anos.

Considerações finais

Lidos em conjunto, os oito artigos compõem um retrato multifacetado das relações entre religião e política no Brasil. Três eixos atravessam o dossiê. O primeiro é a recusa do determinismo: em todos os textos, a religião aparece como dimensão relevante, mas mediada por ideologia, autoritarismo, redes comunitárias, lideranças e tecnologias de comunicação. O segundo é a heterogeneidade do campo religioso, visível tanto no conflito entre o governo Bolsonaro e a Igreja Católica quanto nas diferenças entre segmentos evangélicos e católicos carismáticos. O terceiro é a preocupação com a democracia, que vai da medição das atitudes diante de golpes e líderes autoritários à discussão sobre regulação das plataformas e sobre o antagonismo como forma de disputa eleitoral.

O dossiê também se destaca pela diversidade metodológica. Ele reúne análise estatística de surveys, crítica historiográfica de fontes de imprensa, análise de conteúdo documental, revisão bibliográfica e construção teórico-conceitual. Essa pluralidade é uma escolha editorial deliberada: acreditamos que um objeto tão complexo quanto a religião na esfera pública exige o diálogo entre ciência política, sociologia, história, comunicação e educação.

Publicado no momento em que o país conclui mais um ciclo eleitoral, este dossiê não pretende oferecer previsões, mas instrumentos de interpretação. Muitas das questões aqui levantadas — o peso das identidades religiosas no voto, a confiança nas instituições, a persistência da guerra cultural, o poder dos algoritmos sobre a circulação da fé — continuarão

abertas depois de 2026. Esperamos que os artigos contribuam para um debate qualificado, capaz de compreender a força política da religião sem estigmatizar os fiéis e sem perder de vista os desafios que essa força impõe à democracia brasileira.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira.** Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations.** Princeton: Princeton University Press, 1963.

ALVES, José Eustáquio Diniz et al. **Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil.** Tempo Social, São Paulo, v. 29, n. 2, 2017.

BOAS, Taylor C. **Evangelicals and electoral politics in Latin America: a kingdom of this world.** Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
CAMPBELL, Heidi A. (ed.). **Digital religion: understanding religious practice in new media worlds.** London: Routledge, 2013.

CARRANZA, Brenda. **Catolicismo midiático.** Aparecida: Ideias & Letras, 2011.

CASANOVA, José. **Public religions in the modern world.** Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital.** São Paulo: Ubu, 2022.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics.** London: MacGibbon and Kee, 1972.

CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; ISER, 2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v. 1.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment.** 1993. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GHERMAN, Michel. **O não judeu judeu: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo.** São Paulo: Fósforo, 2022.

HUNTER, James Davison. **Culture wars: the struggle to define America.** New York: Basic Books, 1991.

IBGE. **Censo Demográfico 2022: religiões.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro.** Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil.** São Paulo: Loyola, 1999.

MASON, Lilliana. **Uncivil agreement: how politics became our identity.** Chicago: University of Chicago Press, 2018.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática.** São Paulo: Ática, 1995.

MONTERO, Paula. **Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil.** Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 47-65, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PENNA, Fernando. **O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião.** Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 49, p. 99-117, 1997.

SAMUELS, David; ZUCCO, Cesar. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans: voting behavior in Brazil.** Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SMITH, Amy Erica. **Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God.** Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

SPECTOR, Stephen. **Evangelicals and Israel: the story of American Christian Zionism.** New York: Oxford University Press, 2009.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam.** São Paulo: Geração Editorial, 2020.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society: public values in a connective world.** New York: Oxford University Press, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.